

SISTEMA FAEP


FAEP
 FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
 DO ESTADO DO PARANÁ


BOLETIM informativo

www.faep.com.br

 Ano
XXIV

 nº
1090

 5 a 11 de
abril de 2010

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares


**Mala Direta
Postal**

1000015118-8/2006-DR/PR

FAEP

CORREIOS

INFORMÁTICA O Brasil
na idade da pedra

 pág
12
}} **RETRATOS** | PÁG 02

Cleverson Beje

Os 1.100 dias do ministro

 » A agricultura deve participar
dos eventos nacionais

 » Sanidade: acordos
com 180 países

 » Universalização de
um sistema de seguro

 » Ambientalistas:
sem o monopólio
das decisões


2

Capa

Reinhold Stephanes



Jonathan Campos/Gazeta do Povo

8

Expedição Safra

Um mar de grãos



10

CNA

...e suas propostas

12

Informática

Farmville, satélite e banda larga

15

PAC 2

A história da Carochinha

16

Via Rápida

A imprensa, o pernilongo, o avião de rosca, a tartaruga e o jacaré, e Neném Prancha



Divulgação

18

Cursos SENAR-PR

Mulhar Atual, CSAs, posse, Agrinho e mecânica para mulheres



21

Direto ao produtor

As vantagens do plantio direto

22

Jurídico

A responsabilidade civil no direito do trabalho

23

BNDES e Fórum

Juros e propostas

Stephanes semeou e colheu

Os dividendos e a boa herança de quem compreendeu o produtor rural

Ministro da Agricultura não dirige trator nem toma a boléia de colheitadeira e muito menos tange a boiada. Mas ministro da agricultura planta políticas e tem o poder de obter grandes colheitas ou causar catástrofes não só aos produtores rurais, mas ao Brasil. Afinal, é do campo que se extrai cerca de 40% das exportações do país e está espalhado 1/3 do Produto Interno Bruto. Sem contar que pelo menos quatro mil dos cinco mil municípios brasileiros tem suas economias dependentes das vacas gordas ou magras da agropecuária.

Reinhold Stephanes, o “Alemão” para os mais próximos, finalizou três anos à frente do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) no último dia 31 de março com o sentimento do dever cumprido. Sua trajetória na vida pública trouxe-lhe a marca daquele gerentão que lidera porque tem conhecimentos e teve o cuidado de se cercar de gente que inclusive sabia mais do que ele. Nunca escondeu isso. Volta e meia, em palestras contava satisfeito que no ministério e em órgãos importantes como a Embrapa havia doutores a assessorá-lo. Com a mesma satisfação, nas últimas semanas de poder conseguiu ver os primeiros adidos em agricultura percorrerem o país conhecendo melhor a economia rural, antes de desembarcarem nas mais estratégicas embaixadas brasileiras. Em seu discurso de despedida (veja pgs 3,4 e 5) deixou um rastro de realizações e uma herança de medidas engatilhadas, entre elas a desobstrução do que parecia ser inegociável no Código Florestal.

“Franco-atiradores”

Stephanes não chega a ser um gentleman em matéria de diplomacia, mas provavelmente a vivência política lhe ensinou a domar o latente pavio curto. Nos quase 1.100 dias em que liderou o ministério, vestiu a camisa da agricultura e pecuária. Num governo recheado de franco-atiradores que jogam contra o próprio time, acomodados à esquerda do guia que tudo vê, tudo ouve e tudo enxerga, mas mesmo assim nunca sabe de nada, houve episódios em que subiu (e bem) o tom. Disse que não assinava e não assinou a tentativa de se alterar os índices de produtividade; se insurgiu contra artigos do alopado PNDH (Plano Nacional de Direitos Humanos), afirmando que trazia (ou traz) “insegurança jurídica” ao campo; e peitou sucessivas tentativas do ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente e suas ONGs amestradas, de desestabilizar a produção rural. Em lugar do economista Stephanes, entra o advogado Wagner Rossi, ex-presidente da CO-NAB (Cia. Nacional de Abastecimento) - veja página 7.

O ex-ministro tinha o hábito de lembrar que índios, colombolas, o MST, sindicalistas volta e meia ocupavam as galerias do Congresso para pressionar os parlamentares, “mas nunca vi agricultores por lá”. Para ele, o maior pecado do agronegócio é a “pouca organização e pouca participação no processo de debate e decisão das grandes questões nacionais”. A partir de agora, ele embarca em busca de sua sétima eleição a deputado federal. Pode transformar palavras em ações, semear e colher.

A agenda estratégica para o agronegócio



Ex-ministro cobra participação ativa do setor agropecuário nas decisões nacionais

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, despediu-se da pasta com um relato sobre vários pontos positivos de sua administração, destacando questões estratégicas do que foi feito e ainda precisa ser realizado para melhorar o agronegócio no país. A chamada Agenda Estratégica contempla pontos como: pesquisa, defesa sanitária, política agrícola, mercado externo, infraestrutura e logística, meio ambiente e fertilizantes.

“A agricultura brasileira vem crescendo muito, mais do que o da própria economia do País. Por isso, é fundamental que o Ministério se planeje e construa uma agenda com agricultores e suas lideranças, além das instituições que atuam no setor”, disse. “O setor agrícola precisa se apresentar mais, ter maior visibilidade, e participar ativamente dos debates e das decisões nacionais”, completou Stephanes.

Confira a seguir os principais pontos abordados pelo ex-ministro em seu discurso de despedida:

PESQUISA AGROPECUÁRIA

» A pesquisa e o bom uso da tecnologia se refletem no aumento da produtividade e fazem com que a agricultura brasileira seja líder mundial em crescimento da sua eficiência. A agricultura vem crescendo 4,5%, em média, ao ano, sendo que 75% desse crescimento se deve por aumento de produtividade, na qual a tecnologia se destaca.

Para fortalecer essa rede de pesquisa, foram adotadas várias ações:

- » aumento de recursos;
- » concurso para admissão de novos pesquisadores;
- » criação da Embrapa Bioenergia;
- » integração com a rede de institutos estaduais de pesquisa e das universidades; e
- » início da instalação de três novos centros de pesquisa da Embrapa no Maranhão, Tocantins e Mato Grosso.



DEFESA SANITÁRIA

» A Defesa Sanitária é fundamental para melhorar a qualidade de nossos produtos, diminuir o custo de produção e fortalecer nossa posição como exportadores. Isso significa que a prevenção e a fiscalização precisam estar fortes e vigilantes em todos os estados e em nossas fronteiras, portos e aeroportos.

Recursos foram colocados à disposição e harmonizados acordos sanitários com quase 180 países. Destacam-se as soluções de questões com a Rússia, China, União Europeia, Estados Unidos, Chile, entre outros mercados importantes. Também foi modernizada a legislação, reestruturado o sistema de rastreabilidade e houve ampliação da implantação da Guia de Trânsito Animal eletrônica.

O novo Regulamento de Inspeção Agropecuária está pronto e foi encaminhado à Presidência da República. Destaque para o acordo de flexibilização das regras de rastreabilidade, em estruturação com a União Europeia, o que reflete a grande confiança no serviço sanitário brasileiro.

Houve avanço no combate à aftosa. Isso deverá tornar o Brasil - pela primeira vez na história - livre da febre aftosa, com vacinação, em todo território nacional, até o final do ano.



FERTILIZANTES

» Embora esta seja uma área, convencionalmente, ligada ao Ministério de Minas e Energia, não dá para administrar a agricultura, sem tratar dos fertilizantes, pelo grande impacto nos custos de produção.

A verdade é que o Brasil é altamente dependente da importação. No caso do potássio, chegamos a importar 90% de nossas necessidades. E a preços extremamente elevados. Condição idêntica, embora em menor dimensão, acontece com o fósforo e os nitrogenados.

Contraria a lógica, termos de importar fósforo de Marrocos, transportá-lo através do Oceano Atlântico, carregá-lo em caminhões até Mato Grosso, se existem naquele estado grandes ocorrências de fósforo. Elas precisam, no entanto, ser pesquisadas e dimensionadas.

O Ministério da Agricultura e o Ministério de Minas e Energia trabalharam para a construção de um plano de autossuficiência no prazo de dez anos. Com isso, o Brasil terá um marco regulatório para exploração de potássio e de fósforo, bem como um programa contendo medidas administrativas e decisões políticas, em relação à exploração de jazidas já dimensionadas e à pesquisa em ocorrências minerais.





INFRAESTRUTURA

» Uma das questões mais difíceis a serem enfrentadas e que geram um grande impacto nos preços dos produtos agrícolas é a infraestrutura e a logística. O incremento e expansão da produção em Mato Grosso, Pará, Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia não encontra ressonância na infraestrutura de transportes existente nessas regiões.

Isso dificulta o escoamento das safras e onera os produtos, com reflexo no custo da produção e na competitividade das commodities agrícolas no mercado internacional. A tendência natural seria a utilização dos portos mais próximos da região produtora, como Porto Velho, em Rondônia; Santarém e Vila do Conde, no Pará; Itaqui, no Maranhão; e Itacoatiara, no Amazonas.

Ou mesmo utilizar a saída por outros postos do Nordeste, que estão geograficamente em posição privilegiada, pela menor distância dos grandes consumidores asiáticos e europeus. Esta é uma alternativa que também aliviaria a pressão sobre os portos de Santos e Paranaguá.

O governo chamou o Ministério da Agricultura para participar da elaboração do PAC 2 e, ali, está sendo contemplada a maioria das obras estratégicas para melhorar as condições de escoamento em médio e longo prazos.



MERCADO EXTERNO

» O Brasil exporta excedentes para 180 países, representando quase um quarto do comércio internacional agrícola. E pode, nos próximos quinze anos, chegar a um terço deste comércio. Centenas de missões comerciais e sanitárias correram o mundo para consolidar nossa posição. Da mesma forma, recebemos igual número de missões.

Por isso, foi um avanço a criação da carreira de adidos agrícolas para atuar em missões comerciais, no exterior. A atuação dos adidos vai conferir uma nova relação com os principais países importadores de produtos brasileiros, conferindo agilidade e conhecimento técnico às negociações.



POLÍTICA AGRÍCOLA

» O próximo ponto desta agenda se apóia no tripé: necessidade de aperfeiçoamento das condições de financiamento, de seguro e de comercialização. Na política de suporte à produção, foi feita a reestruturação do endividamento do setor, em um amplo acordo, em 2008, que envolveu governo, representantes dos produtores e a classe política.

Durante a crise, o governo procurou manter o mercado ativo para que o consumo continuasse, utilizando instrumentos de comercialização adequados para dar liquidez à produção agrícola, substituir a retração do mercado internacional, a falta de financiamento e de compras futuras. O resultado foi que a agricultura se manteve dinâmica durante a crise e, com isso, atingiu o maior índice de produção e de produtividade na safra atual.

Em relação aos instrumentos de política agrícola, ficou evidente a necessidade de estudar alternativas que melhorem o apoio à produção e evitem as condições de endividamento. Esses estudos estão sendo feitos por um grupo de trabalho, do qual participam o Banco do Brasil, produtores e os ministérios da Fazenda e da Agricultura.

O projeto de lei, já aprovado pela Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado que cria o “Fundo de Catástrofe” com recursos iniciais de R\$ 4 bilhões, também é positivo.

O objetivo é universalizar um sistema de seguro contra riscos climáticos e variação de preços.

MEIO AMBIENTE

» Todos perdem no conflito entre a agricultura e meio ambiente. Historicamente, cometeu-se o equívoco de aceitar que somente as instituições ambientais e os ambientalistas tenham o monopólio das decisões sobre as questões que envolvem o uso dos recursos naturais no Brasil.

O Ministério pode e deve contribuir mais, por meio da Embrapa, do Inmet e de todas as instituições que compõem a rede de pesquisa. O Ministério detém um grande número de técnicos e cientistas especializados em questões de clima e meio ambiente. O Ministério participa, também, de uma rede mundial de constatação de eventos climáticos, e desenvolveu um sistema de monitoramento por satélite.

Por falta de conhecimento da realidade agrícola e por falta de envolvimento do setor, muitos erros foram cometidos na elaboração do conjunto de normas na área ambiental. Um deles é desconsiderar o efetivo impacto que a legislação tem sobre a área rural brasileira, a produção de alimentos e a renda das famílias rurais. Se não, vejamos:

1. Caso se cumpram todas as normas em vigor, metade dos produtores estaria irregular e, portanto, seria criminalizada;
2. Um milhão de pequenos e médios produtores perderia a condição de produzir e as propriedades seriam incorporadas pelos maiores. Estaríamos, assim, promovendo uma reforma agrária ao inverso;
3. Algumas microrregiões e pequenas colonizações, umas seculares, tenderiam a desaparecer.

Discutiu-se a legislação, em um trabalho integrado com o Ministério do Meio Am-

biente, e foi proposta a modificação de, pelo menos, cinco itens. São pontos que o senhor presidente prometeu solucionar nos próximos meses:

1. Permitir a soma das APPs às reservas legais em propriedades rurais de até 150 hectares. Isso representa mais de 90% das propriedades do País;
2. Autorizar o plantio de 50% da reserva legal com as florestas comerciais;
3. Prever a compensação ambiental fora da microbacia, desde que no mesmo bioma;
4. Aplicar o princípio do gradualismo para margens de pequenos rios e riachos; e
5. Manter a atividade agrícola em áreas já consolidadas, como o topo de morro, encostas e várzeas.

Ao lado desses cinco pontos, o Congresso Nacional, por meio de uma Comissão Especial, estuda a elaboração do Código ambiental. Há ainda a participação do Ministério da Agricultura na elaboração dos compromissos voluntários do Brasil junto à COP 15.

Nela, fica clara a capacidade que a agricultura tem de participar das decisões de assuntos climáticos e de apresentar propostas concretas, que vão reduzir, anualmente, em 166 milhões de toneladas a emissão de gases de efeito estufa.

Em se tratando de resistência, não posso deixar de mencionar o preconceito explícito ao agronegócio, contido no Plano Nacional de Direitos Humanos. No que compete à agricultura, o plano condena a especialização da produção (especialmente, a soja); condiciona o uso de biotecnologia e de nanotecnologia, além de fragilizar o direito de propriedade.



Prazo legal provoca mudanças no poder

Rossi assume o MAPA, Pessuti o governo e Beto deixa a Prefeitura

Os feriados da Páscoa anteciparam as despedidas das principais lideranças políticas do Estado e do País, que cumpriram o prazo de desincompatibilização de seus cargos para concorrer nas próximas eleições.

Wagner Rossi, 67 anos, presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) assumiu o ministério da Agricultura no lugar de Reinhold Stephanes, na tarde de quarta-feira, dia 31. Rossi é de Ribeirão Preto, ligado ao PMDB.

Formado em direito pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado nos Estados Unidos, ele já foi professor de várias universidades. Foi empresário e produtor rural por mais de 30 anos e deputado federal por cinco legislaturas.

Na quarta-feira (31), em evento no Teatro Guaíra, que reuniu dirigentes da administração estadual, lideranças políticas como deputados, prefeitos e vereadores, e representantes da sociedade civil organizada, Roberto Requião fez um balanço das ações de seu governo. Na solenidade, o ex-governador disse não ter se desviado de seus compromissos “ainda que, às vezes, tenha me sentido muito só, porque a incompreensão, em dadas circunstâncias, afastou até mesmo companheiros mais próximos. A vida é feita de escolhas. Fiz as minhas”. Em seu lugar assumiu o vice Orlando Pessuti, candidato a governador, que lembrou: “Tive muito tempo para aprender e para conhecer o Paraná. Chegamos prontos e vamos, com tranquilidade e serenidade, continuar a transformar o Estado com segurança”.

E em cerimônia oficial, dia 30, Beto Richa transmitiu o cargo ao vice-prefeito de Curitiba, Luciano Ducci e assumiu sua candidatura a governador. “Vamos percorrer todo o Paraná para ouvir as pessoas e levar a todas as regiões, todas as cidades, o novo jeito de governo que desenvolvemos em Curitiba, com uma gestão participativa e ancorada na eficiência, no uso correto do bem público”, afirmou.



Reinhold Stephanes e Wagner Rossi

Agência Brasil



Roberto Requião e Orlando Pessuti

SECS



Beto Richa e Luciano Ducci

SMCS



COLHEITA

Expedição constata safra recorde

Colheita promissora pressiona preços

Condições climáticas favoráveis e uso expandido da tecnologia devem empurrar a safra brasileira de grãos para um recorde de 145 milhões de toneladas, superando a marca anterior, de 2007/08, de 144,1 milhões de toneladas. O desempenho positivo em geral se repete em outros países da América do Sul, como Paraguai e Argentina, e provoca pressão de baixa sobre os preços no mercado internacional.

As conclusões são da Expedição Safra RPC, que tem apoio logístico da FAEP e que neste ano-safra já percorreu 49,5 mil km em quatro países para diagnosticar os rumos da produção agrícola.

A expedição foi também a 12 estados brasileiros, responsáveis por quase 90% da oferta de grãos. A estimativa é de uma produção de verão acima de 100 milhões de toneladas de soja e milho, com 67 milhões e 33 milhões de toneladas, respectivamente. Com mais 19 milhões previstas para a 2ª safra do cereal, em 2009/10 as duas culturas devem atingir a marca histórica de 120 milhões de toneladas. O Paraná reassume o 1º lugar no ranking de produção, seguido por Mato Grosso. Juntos, os dois estados somam 45% da área cultivada com soja no país e mais de 40% da produção.

Mercado sente

O ritmo acelerado da colheita deve pressionar ainda mais as cotações da soja nas próximas semanas. Os preços atuais são cerca de R\$ 10 mais baixos que em igual período do ciclo anterior. A saca da oleaginosa vale pouco mais de R\$ 30 no Paraná e, em média, R\$ 25 em Mato Grosso. Em resposta à supersafra da América do Sul, as cotações domésticas da soja também descolaram (para

Em Mato Grosso, os trabalhos de campo já foram praticamente concluídos. A colheita da safra 2009/10 começou em dezembro e deve ser encerrada nas próximas semanas. No Paraná, cerca de 75% da soja e mais de 60% do milho de verão já estão fora dos campos. Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás e Bahia também aceleraram os trabalhos em março. Na Bahia, por exemplo, cerca de 40% da soja foram colhidos. Seguindo o mesmo calendário, Maranhão, Tocantins e Piauí alcançam índices de colheita parecidos com o do Oeste baiano.

A safra cheia ajuda a amenizar o impacto negativo das cotações, em baixa, e do câmbio, desfavorável. O ano é de rentabilidade em queda e margens reduzidas, exigindo maior eficiência em produtividade.

A produção de Brasil, Argentina e Paraguai deve somar nesta temporada mais de 125 milhões de toneladas de soja. São pelo menos 35 milhões de toneladas a mais do que os norte-americanos produziram no último ciclo, quando perderam quase 30 milhões de toneladas pela estiagem.

baixo) de Chicago, onde os preços atuais - US\$ 20/saca - são similares aos de um ano atrás.

Com a colheita de verão na reta final e a safra plantada, o milho também sofre pressão. Em Mato Grosso, o cereal perdeu quase metade do seu valor em um ano e está cotado a menos de R\$ 7 a saca no Médio-Norte do estado. No Paraná, o preço médio da saca caiu R\$ 3, para R\$ 13. Em Chicago, o grão vale cerca de US\$ 8,5 a saca, US\$ 1 a menos que em março de 2009.

Fertilizantes elevam custo de produção



* TÂNIA MOREIRA é economista da FAEP

Demanda no exterior deve forçar alta nos preços

Os fertilizantes representam até 30% do custo de produção de grãos. Na safra passada a participação média desses insumos no custo do milho foi de 32% e 27% no trigo. Em 2008 os custos foram recordes, mas com a crise a demanda se retraiu e principalmente no segundo semestre de 2009 os preços ficaram abaixo da média. O cenário era de corte nas despesas. As importações, em 2009, reduziram em até 30% segundo dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA).

Neste ano o setor mostra tendência de recuperação e os preços começam a reagir mês a mês. Em comparação ao mês de fevereiro/2010 os preços dos fertilizantes já subiram em até 22%, mas ainda estão abaixo dos patamares do primeiro semestre de 2009. A principal alta foi verificada no preço dos fosfatados, em decorrência do aumento da matéria-prima no mercado internacional. O cloreto de potássio manteve-se em baixa. Eduardo Daher, diretor da ANDA (Associação Nacional de Defensivo Agrícolas), afirma que a elevação dos preços é justificada por um aumento na demanda e a coincidência do momento de compra de insumos da China, Índia e Estados Unidos (que juntos, consomem 57% da produção mundial).

	FEVEREIRO-09	FEVEREIRO-10	MARÇO -10	(%)	(%)
	A	B	C	(B/A)	(C/B)
00-20-20	R\$ 1.314,51	R\$ 799,15	R\$ 795,25	-39,21	-0,49
00-30-20	R\$ 1.605,56	R\$ 925,47	R\$ 964,33	-42,36	4,20
04-30-10	R\$ 1.303,61	R\$ 851,39	R\$ 860,00	-34,69	1,01
05-20-20	R\$ 1.437,11	R\$ 833,67	R\$ 879,00	-41,99	5,44
08-30-20	R\$ 1.634,29	R\$ 980,42	R\$ 1.076,67	-40,01	9,82
10-20-20	R\$ 1.545,70	R\$ 971,64	R\$ 967,67	-37,14	-0,41
Cloreto de potássio	R\$ 1.820,85	R\$ 1.096,56	R\$ 1.040,00	-39,78	-5,16
Super fosfato simples	R\$ 860,61	R\$ 510,53	R\$ 504,00	-40,68	-1,28
Super fosfato triplo	R\$ 1.384,51	R\$ 808,49	R\$ 993,50	-41,60	22,88
Uréia	R\$ 1.102,76	R\$ 836,57	R\$ 817,50	-24,14	-2,28

Fonte: SEAB / Levantamento DTE/FAEP

Os produtores paranaenses revelam que o preço dos nitrogenados mantém-se estáveis, mas os fosfatados estão subindo internacionalmente, encarecendo a safra de inverno, e lembram ainda o aumento no defensivo glifosato e em sementes de trigo. Em compensação os preços são menores do cloreto de potássio. Já os preços dos combustíveis mantiveram-se estáveis e o frete aumentou em até 50%, em virtude da falta de caminhões e o período de colheita.



Preços ainda maiores são aguardados para o segundo semestre. Por enquanto as importações estão lentas: em dezembro foram 967 milhões de toneladas, janeiro 871 e fevereiro 798 - de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC. Para o diretor da Associação dos Misturadores de Adubos - AMA, Carlos Eduardo Florence, os preços dos adubos em 2009 mantiveram-se baixos e a tendência é que os preços aumentem nos próximos meses, podendo ter uma alta de até 30%, por conta do mercado internacional, o que pode indicar que o momento é favorável para as compras.

INSEGURANÇA JURÍDICA

» Na avaliação da presidente da CNA, um dos pontos principais que devem ser levados em conta é a insegurança jurídica, gerada pelas freqüentes invasões de terra e atos de vandalismo a que estão submetidas as propriedades rurais. Kátia Abreu destacou, ainda, que o setor enfrenta problemas com a publicação e edição de normas que ferem o direito de propriedade.

“Meu questionamento aos candidatos é apenas um: O que o senhor pensa da propriedade privada? A resposta talvez tenha tudo o que precisamos ouvir”, afirmou a senadora. Uma das propostas para garantir o direito de propriedade e a segurança no campo envolve a criação de organismos responsáveis por tratar especificamente desse problema. “Sem componentes ideológicos e políticos”, enfatizou a presidente da CNA.

MEIO AMBIENTE

» Quanto ao meio ambiente, a principal diretriz apresentada é a necessidade de reformulação do Código Florestal, criado em 1965. Para a senadora, a atualização deve ser feita sob orientação da ciência, no sentido de conciliar produção de alimentos e proteção ambiental.

Quatro critérios devem nortear o debate para garantir a adaptação da atual legislação à realidade do setor agropecuário: desmatamento zero nas áreas de florestas, utilização de padrões científicos, pagamento por serviços ambientais e consolidação das áreas de produção.

“Não é apenas uma lista de reivindicações. Nós queremos cooperar com o plano de governo de todos os candidatos”

Senadora KÁTIA ABREU, presidente da CNA

Insegurança meio ambiente

CNA define propostas do setor para o

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) consolidou e apresentou, na última semana, as diretrizes gerais da proposta do setor agropecuário nacional aos candidatos à Presidência da República. O documento final será entregue depois das convenções partidárias que definirão os concorrentes ao Palácio do Planalto nas eleições de outubro.

As propostas foram finalizadas no seminário nacional “O que esperamos do próximo presidente”, em São Paulo, depois dos debates estaduais na Bahia, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Paraná, onde lideranças regionais do setor agropecuário foram mobilizadas para discutir e propor idéias para a produção de um documento único representando o produtor rural.

Levando em conta os principais problemas enfrentados atualmente pelo setor, as propostas abrangem seis temas principais: insegurança jurídica, meio ambiente, logística, política agrícola, processo tecnológico e responsabilidade social.

“Não é apenas uma lista de reivindicações. Nós queremos cooperar com o plano de governo de todos os candidatos, para que a agropecuária esteja em consonância com a realidade. Nenhum candidato pode desconsiderar a agropecuária, que representa um terço do PIB (Produto Interno Bruto), um terço dos empregos, 40% das exportações. Deve haver um interesse especial dos presidenciáveis por este setor”, enfatizou a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu.

Ela defendeu que nos períodos eleitorais o setor rural discuta propostas e as apresente não apenas aos candidatos à Presidência, mas também aos candidatos a governos estaduais e cargos legislativos. “Podemos criar esta cultura. Muitos terão a sensibilidade de entender os problemas do setor”, disse Kátia Abreu.



ça jurídica, te, logística...

candidatos à Presidência da República



**KÁTIA
ABREU** no
Seminário
Nacional da
CNA em São
Paulo

O documento completo será encaminhado aos 27 presidentes das Federações de Agricultura e Pecuária. Já receberam as propostas os presidentes da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), José Olavo Mendes; do Conselho Nacional do Café (CNC), Gilson Ximenes; da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Cesário Ramalho; e o presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, Abelardo Lupion.



“Os candidatos devem considerar quem vai arbitrar sobre meio ambiente, se serão as ONGs e os ambientalistas, com base no achismo, ou os acadêmicos que entendem do assunto e que podem definir áreas de produção e áreas protegidas”, destacou Kátia Abreu.

POLÍTICA AGRÍCOLA

» Em relação à política agrícola, a presidente da CNA defendeu a criação de mecanismos que assegurem renda ao produtor e evitem a oscilação de preços. “Se tivermos isso, dificilmente precisaremos do crédito governamental e os recursos privados virão em maior volume e com mais facilidade”, afirmou. O documento propõe questões como a transformação do produtor em pessoa jurídica, a formação de um modelo de seguro rural que cubra os custos de produção e a desoneração tributária das cadeias produtivas.

LOGÍSTICA

» Na área de logística, que é um dos gargalos do setor agropecuário, as principais reivindicações são a construção de mais hidrovias e a regulamentação de dispositivo na Lei dos Portos (8.623/93), para permitir novos investimentos privados. Outras sugestões são a intensificação de investimentos que garantam o aumento da capacidade dos terminais portuários da região Centro-Norte do País. Isso diversificaria as alternativas de escoamento da produção agropecuária, desafogando fluxo de carga em portos como de Paranaguá (PR) e Santos (SP) e reduzindo as despesas com transporte.

Quanto ao processo tecnológico, uma das demandas do setor rural é promover agilidade no processo de liberação de registro dos defensivos, para estimular a livre concorrência e baratear o custo de produção.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

» Em relação à responsabilidade social, as principais sugestões são a revisão da Norma Regulamentadora (NR) 31, a qual define as regras de saúde e segurança do trabalho no meio rural; a criação de um novo modelo de escolas rurais no Brasil; o mapeamento do ensino no meio rural e o combate à pobreza no campo.

por **Leonardo Fagundes**

Acordar antes do nascer do sol para tirar leite das vacas, plantar, cultivar e colher a lavoura de grãos, além de cuidar de várias plantas e animais parece algo comum e muito familiar para quem vive no campo. No entanto, essa mesma rotina faz muita gente sonhar. Para quem vive nas grandes cidades, o sonho de ter um “pedacinho de terra” vai se transformando em realidade ainda que virtual para os fãs do FarmVille.

O jogo é um aplicativo no site da rede social Facebook, lançado em junho do ano passado. O sucesso foi tanto que essa “comunidade rural” já conta com mais de 80 milhões de participantes. Para se ter uma idéia da popularidade do FarmVille, o segundo jogo do ranking do Facebook, o Birthday Cards, tem aproximadamente 50 milhões de usuários.

O segredo para tamanha popularidade estaria na forma simples do jogo. Foi isso que atraiu a advogada Eliane Ferrari. Ela conta que joga no mínimo uma hora por dia para deixar a sua fazenda em ordem. Tudo começou por simples brincadeira das filhas, uma de 23 e outra de 25 anos. “Em novembro do ano passado minha filha me convidou para jogar e eu entrei para ver como era. Uma amiga dela também convidou e me ensinou. Gostei e hoje não deixo de jogar por nada”, diz.

A vida virtual de fazendeira também serve para fugir das complicações do dia-a-dia em Curitiba. “As vezes, quando a coisa está feia no trabalho, dou uma escapada para a fazenda. É bom para esquecer um pouco dos problemas”, brinca Eliane. Apesar disso, a sua vida no campo começa mesmo depois do trabalho. “Chego em casa e vou para a fazenda. Todo dia é assim”, confessa.

A sua rotina é cheia de outros fazendeiros virtuais. “Gosto muito das amizades. Tem uma garotinha de oito anos do Peru que sempre conversa comigo. Há outras pes-

soas fora do país, como em Portugal, que são meus amigos”, destaca a advogada. “Mas também há competição no jogo. Tenho outro colega que sempre fica competindo, falando que já tem tal coisa na fazenda. Mas sempre de uma forma saudável”, diz.

No FarmVille, a disciplina é indispensável. Plantar e colher na hora certa garante a venda de estoques, o que gera dinheiro - virtual - para a aquisição de mais itens. Há ainda toda a administração da fazenda, a criação de bichos e a troca de presentes entre os vizinhos. “Quando eu tenho mais tempo, planto coisas do dia para colher no dia. É gostoso, mas tem que ser dosado. As pessoas vivem no mundo virtual, mas não podem deixar a vida social de lado”, finaliza.

Fenômeno e tendência

O Farmville, jogo rural que transforma internautas em simpáticos fazendeiros virtuais, já virou ícone de uma tendência que faz surgir cifras nos olhos dos executivos da indústria de games. Os lucros de jogos online estão previstos para crescer anualmente 18,7% e atingir US\$ 24,8 bilhões em 2013; esse será o setor com mais crescimento e deve chegar a totalizar 38% do total de lucros deste mercado, de acordo com a Strategy Analytics.

Pioneiro da tal mina de ouro, o desenvolvedor Amitt Mahajan, da Zynga (empresa também responsável pelo Mafia Wars, outro jogo para Facebook) contou, na feira Game Developers Conference (GDC), que o Farmville foi criado em apenas cinco semanas, por um time de seis programadores, dois artistas e três designers. Ninguém poderia esperar tamanho sucesso, de acordo com ele: “Depois do lançamento, chegamos a 18 mil usuários nas primeiras 24 horas. Ao fim de dois dias, tínhamos 1 milhão de usuários por dia, sem qualquer divulgação”. Hoje, são mais de 80 milhões de fazendeiros brincando nas terras virtuais do Farmville, por dia.

Agronomia online

Jogo FarmVille vira fenômeno na internet e atrai mais de 80 milhões de internautas



FAZENDEIRO DE PRIMEIRA

Dicas para o sucesso na fazenda virtual



egócio le



NÃO SEJA INCOMODADO: Se você não tem paciência para os pedidos de adoção de bezerros e afins vindos do FarmVille, saiba que é possível esconder as atualizações e até bloquear o aplicativo para não receber nenhum recado de fazendas alheias. Cada atualização tem um botão "esconder" no canto superior direito. Clique nele e selecione o jogo. Para bloquear o aplicativo, clique em "bloquear aplicação" na página do FarmVille dentro do Facebook.

NÃO INCOMODE: Você que está prosperando com sua fazendinha e sempre quer ajudar e receber a ajuda de amigos, lembre-se de que todo mundo gosta de ter a timeline lotada por causa dos games. Não clique em todas as sugestões de atualizações que aparecem e não convide várias vezes alguém que já recusou ter uma fazenda. Só mande presentes para aqueles amigos que você sabe que jogam e que, provavelmente, já são seus vizinhos.

Satélite: opção cara para navegar

Acesso é rápido e eficiente, porém esbarra no alto custo para instalação e manutenção

Se a banda larga brasileira ainda não decolou, há uma outra opção para navegar na web em alta velocidade, já bastante utilizada nos quatro cantos do planeta. É a Internet via satélite. Diferente da internet 3G, que depende de antenas próximas e ainda é muito instável mesmo nos centros urbanos, a conexão por satélite possibilita altas taxas de transferência de dados. Exemplo da capacidade e qualidade foram vistos no Haiti, após o terremoto que destruiu o país caribenhinho. A internet via satélite foi a porta de comunicação das pessoas que estavam na ilha com o mundo, mesmo com o caos.

Isso é possível porque enquanto os outros sistemas de acesso à internet exigem uma infraestrutura de rede terrestre, a conexão via satélite somente necessita de uma antena que enviará sinais ao satélite. Para os municípios não atendidos pela rede telefônica terrestre, por redes de fibra ótica, nem de comunicações por rádio, o Satélite é a única solução para ter um ponto de presença local. Uma vez conectado à internet via Satélite ao usuário (exemplo: Prefeitura) pode facilmente criar

redes internas, redes sem fio ou repetidoras via rádio para facilitar a comunicação entre pontos distantes da prefeitura.

O uso da tecnologia de satélites possibilita que o acesso à web ocorra de forma muito mais rápida e com maior qualidade. Para se ter uma idéia, a velocidade de acesso por meio de satélite chega a ser dez vezes mais rápida que uma conexão discada. Tecnicamente falando, a comunicação é feita do cliente, para o satélite e deste para o servidor (ou podendo passar o sinal por outros satélites interligados). Como a maioria dos serviços de banda larga, a transmissão por satélite se faz de modo bidirecional (recebimento e envio de dados).

Alto custo

Apesar da boa opção para quem vive em locais remotos, o custo para se ter acesso à internet via satélite ainda é muito alto. Na região do Paraná, por exemplo, o preço total para instalação de antena, modem e outros acessórios fica em torno de R\$ 2.700,00. Além disso, o internauta ainda precisará desembolsar no mínimo R\$ 399,00 todo mês para ter um plano básico de acesso.



Para quem tiver interesse em ter a Internet via satélite, o telefone para contato com a empresa Rural Web é (21) 3514 6330

Banda Larga ainda engatinha no Brasil

País tem índices baixos em relação à qualidade e velocidade de internet

A pesar do Brasil ser o quinto país no mundo com maior número de conexões à Internet, a banda larga ainda não engrenou. Ou seja, os internautas brasileiros terão que continuar com muita paciência para baixar arquivos e dados via web. As mais diversas pesquisas sobre a tecnologia mostram que o Brasil é extremamente atrasado no assunto. Levantamento das universidades de Oxford e Oviedo analisou 66 países em relação à qualidade dos serviços de Internet rápida.

O Brasil aparece na 45ª posição no estudo, atrás de dois dos outros três países que compõem o grupo dos Brics: Rússia está em 18º lugar e China na 43ª colocação, enquanto a Índia ocupa a 63ª posição. Os melhores colocados são: Suécia, Coreia do Sul, Japão, Lituânia, Bulgária, Letônia, Holanda, Dinamarca e Romênia.

Um outro levantamento da empresa norte-americana Akamai, especializada no assunto, mostra que a web no Brasil é a 35ª mais veloz em uma lista de 45 países, atrás até mesmo dos vizinhos Chile e Colômbia.

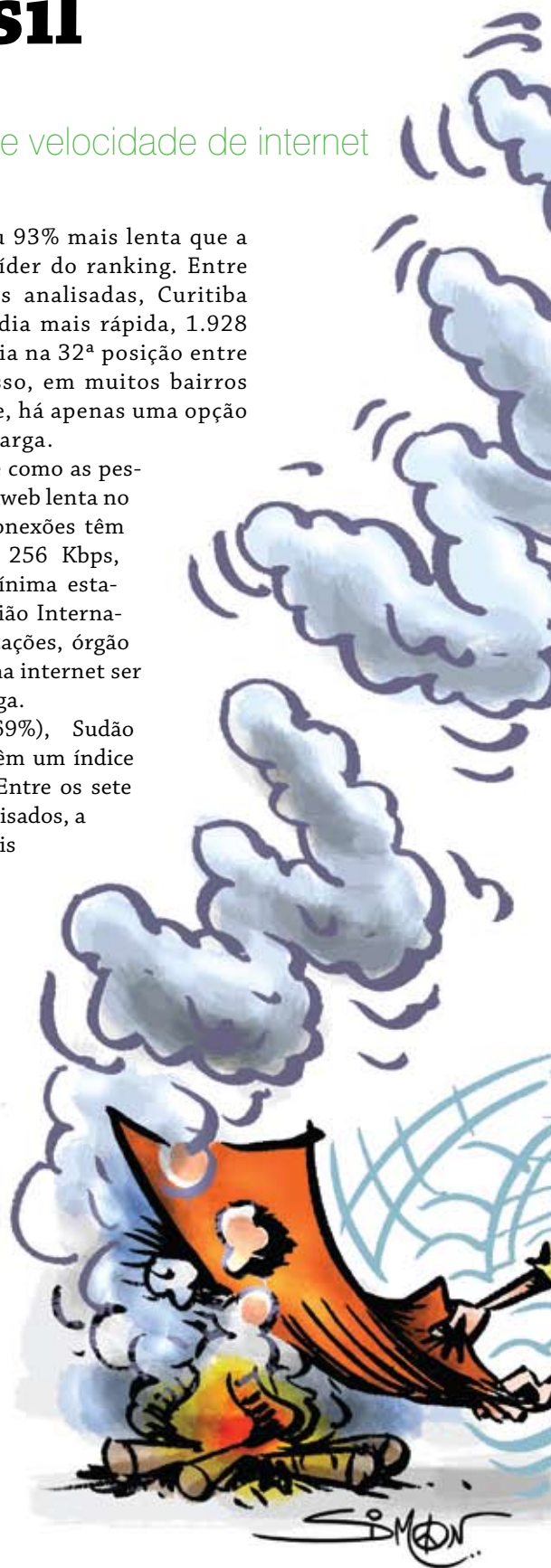
Para se ter uma idéia do atraso brasileiro, a pesquisa mostra que a velocidade média da web no Brasil é de 1.085 Kbps (kilo-

bits por segundo), ou 93% mais lenta que a da Coreia do Sul, a líder do ranking. Entre as cidades brasileiras analisadas, Curitiba tem a velocidade média mais rápida, 1.928 Kbps, o que a colocaria na 32ª posição entre os países. Apesar disso, em muitos bairros da capital paranaense, há apenas uma opção de serviço de banda larga.

Outro indicador de como as pessoas têm acesso a uma web lenta no país é que 20% das conexões têm velocidade inferior a 256 Kbps, que é a velocidade mínima estabelecida pela UIT (União Internacional de Telecomunicações, órgão ligado à ONU) para uma internet ser considerada banda larga.

Somente Síria (69%), Sudão (35%) e Índia (26%) têm um índice pior que o brasileiro. Entre os sete latino-americanos analisados, a Venezuela é a que mais se aproxima do Brasil, com 11% das conexões com velocidade menor que 256 Kbps.

“A velocidade média da web no Brasil é de 1.085 Kbps (kilobits por segundo), ou 93% mais lenta que a da Coreia do Sul”



Muita conversa e pouca ação

“Aprendemos que entre anunciar uma obra e ela começar a ser feita há um longo tempo”

PRESIDENTE LULA, no lançamento do PAC 2, em Brasília, dia 29.03.2010



Num evento que custou R\$ 169 mil e reuniu 1.200 convidados no Centro de Convenções de Brasília, o presidente da República colocou no colo da “mãe do PAC”, a ministra Dilma Rousseff teóricos 1 trilhão de reais. Isso, R\$ 1.000.000.0000.0000 para embalar sua campanha à presidência da República como candidata do PT. Teóricos porque o PAC 2 (Plano de Crescimento 2) poderia ser chamado de “Plano Cascata” se for levado em conta que o PAC 1, lançado em 2007, tem 11,4% de suas obras concluídas, segundo o Portal Contas Abertas. O site UOL também possui um link que revela o andamento do PAC 1, com as obras constantes em todos os estados. Na área de transportes, desenhado sobre o mapa do Paraná está a BR-153 e o contorno rodoviário de Cascavel. A primeira, também chamada Transbrasiliana por hipoteticamente ligar o Pará ao Rio Grande do Sul voltou ao PAC 2 com R\$ 75 milhões para o trecho Tibagi-Imbituva. O contorno de Cascavel continua sendo um sacrifício

num dos principais eixos rodoviários do Estado. Em ferrovias, o mapa do PAC 1 revela um “corredor bioceânico” entre Paranaguá e o Paraguai, mas o que seria isso ninguém sabe. Na área de saneamento do PAC 1 não há um mísero projeto constante para os paranaenses.

“Carta de intenções”

O PAC 2, porém, é feérico e prevê outras duas grandes obras ferroviárias para o estado – e que também não têm estimativas de gastos e devem ficar para depois de 2014. Elas são a continuação da ferrovia Norte-Sul (outra novidade sobre trilhos), que começaria no município de Panorama (SP) e terminaria em Rio Grande (RS), passando pelo Paraná, e o corredor ferroviário, entre Dourados (MS) e Cascavel, na região oeste do estado. Consta ainda a terceira pista do aeroporto Afonso Pena, em Curitiba, embora não exista projeto e um trem-bala entre Curitiba e São Paulo, quando a verdadeira bala seria finalizar a duplicação da BR-116 entre as duas cidades. Essa obra tem uma espera de décadas mesmo sendo vital para a ligação entre o sudeste e o sul do país. Cantado em prosa e verso, o metrô da capital paranaense não teve uma linha ou cifrao no trilhão do PAC 2. O vital ramal ferroviário entre Guarapuava e Ipiranga para a exportação de grãos ganhou chá de sumiço, talvez porque tenha proporcionado um grande curto-circuito entre o ex-governador Roberto Requião e o ministro Paulo Bernardo. O PAC 2 pode até ser um bom instrumento de propaganda da candidata do PT, mas não passa de uma carta de intenções.



Fecho éclair

» A idéia do fecho éclair nasceu em 1891. O inventor norte-americano Whitcomb Judson, cansado de amarrar o cordão dos sapatos, lembrou-se também da queixa sobre a tediosa tarefa de amarrar os cordões dos espartilhos das mulheres. O primeiro protótipo do fecho éclair foi exibido em 1893, em Chicago, mas foram necessários mais 20 anos para que se chegasse a um modelo prático.



Barcroft USA/Getty Images

Só o amor constrói!

» Uma amizade inusitada na natureza chama a atenção na cidade de Myrtle Beach, na Carolina do Sul (EUA). Uma tartaruga de 15 anos, carinhosamente batizada com o nome da cidade, e uma jovem fêmea de crocodilo de 9 anos, Georgia, cultivam uma relação de respeito. Há quatro anos, os dois animais são vistos juntos em diversas ocasiões, inclusive quando estão à caça de comida.



Água que passarinho não bebe

» O real significado em russo da palavra vodka é simplesmente água (vodá, em russo), na forma diminutiva vodka (agüinha). Vodotchka, a outra forma diminutiva de vodá também foi associada a uma bebida alcoólica, porém sem uso comercial.



MOSAICO

Coisa de gaúcho

» A maior praia do mundo em extensão litorânea é a Praia do Cassino, localizada no Sul do Estado do Rio Grande do Sul. O lugar é composto por aproximadamente 224 km de beira-mar.

Saneamento básico

» Na idade média, a maioria casava-se no mês de junho (início do verão no hemisfério norte), porque, como tomavam o primeiro banho do ano em maio, em junho o cheiro ainda estava mais ou menos.

Origens do nosso idioma

» A língua portuguesa tem sua origem no latim vulgar, modalidade falada do latim que os romanos levaram para a Lusitânia, região situada a oeste da Península Ibérica (correspondente a atual Portugal e à região espanhola da Galícia). Pelo fato de o latim ser uma língua mais organizada e o meio de comunicação de uma cultura mais adiantada, ele foi aos poucos se impondo em toda a península, substituindo as demais línguas, com exceção do basco.

Dura penitência

» A **ESCADARIA DO SANTUÁRIO DE BOM JESUS DO MONTE**, em Braga, Portugal, é notável pelos 1001 degraus. O templo, daí o nome, foi construído no alto de um morro. Como não há elevadores, os devotos precisam subir todos esses degraus para chegar até lá.

É penitência para ninguém botar defeito



“O importante é o principal, o resto é secundário”

NENÉM PRANCHA, técnico de futebol e filósofo



Estilo gostoso

» Quem passou dos 50 anos deve lembrar da **BRILHANTINA GLOSTORA** que era usada em penteados masculinos. Diziam as propagandas:

» O homem cuja carreira depende da boa apresentação pessoal, usa invariavelmente Glostora.

» Glostora é o único que fixa sem empastar e amacia sem engordurar.

» Glostora é um poderoso revigorador do couro-cabeludo, prolongando a vida, a saúde e o brilho dos cabelos.



Jaguapitã

Nelson dos Santos Rodrigues assumiu a presidência do Sindicato Rural de Jaguapitã, no último dia 24 de março, na sede do sindicato. José Machado de Oliveira ocupa a vice-presidência, Luis Antônio Vicentini e Renato Sandoli serão os secretários. A diretoria assume o sindicato rural para o triênio 2010/2013.

ALTÔNIA

Atendendo o pedido

SENAR-PR e o Sindicato Rural de Altônia realizaram curso de implementos agrícolas no último dia 12 de março, na sede do sindicato. Foi ministrado pelo instrutor do SENAR-PR, Darlan Cavalar, a dez produtores rurais que haviam solicitado essa capacitação.



SÃO JOÃO DO CAIUÁ 1

Nova turma do Mulher Atual

Agricultoras do município de São João do Caiuá formaram uma nova turma do curso Mulher Atual. O primeiro encontro aconteceu no dia 17 de março e contou com a presença de 23 produtoras rurais. O presidente do sindicato, José Carlos da Silva Maia, participou do encontro e deu as boas vindas para a nova turma, que terá a orientação da instrutora do SENAR-PR, Noremy Lattanzio. Na extensão de base do Sindicato Rural, no município de Santo Antônio do Caiuá, também foi formada nova turma do curso Mulher Atual, com por 25 produtoras rurais e com orientação de Noremy Lattanzio.

ARARUNA 1

Foto: Divulgação



ARARUNA 2

Nova diretoria do CSA

No dia 23 de março foi empossada a nova diretoria do Conselho Municipal de Sanidade Agropecuária de Araruna, sob a presidência do produtor rural Amarildo Bassani. A diretoria executiva está sob a responsabilidade do presidente do Sindicato Rural, Saulo Molina e o Conselho conta ainda com o diretor técnico de agricultura, Sandro César Albrecht (Engenheiro Agrônomo da EMATER de Araruna), diretora de pecuária, Elenice Aparecida A. de Lima (médica veterinária da SEAB). E o diretor de mobilização é o chefe do departamento de agropecuária e meio ambiente de Araruna, Severino Mario Thomazoni. O trabalho dos CSAs é fundamental para que o Estado obtenha o status de Área Livre de Aftosa Sem Vacinação.



MARILÂNDIA DO SUL

Agrinho em Marilândia do Sul

O Sindicato Rural de Marilândia do Sul entregou o material do Agrinho 2010 ao Departamento de Educação do município. O presidente do sindicato rural, José Leite, participou da entrega do material, informando que a entidade está de portas abertas para ajudar a educação na cidade. A entrega foi realizada no dia 24 de março.



ERRATA: As fotos publicadas na página 24 da edição 1088 deste Boletim Informativo, referente as notas de Maringá 1 e Maringá 2 estão invertidas. A primeira foto é do curso de Silvicultura e a segunda foto de Bovinocultura de Corte.

Mecânica para mulheres

As participantes do curso Mulher Atual de Araruna tiveram uma tarde diferente no último dia 11 de março, participando de palestra e aula prática sobre mecânica básica de automóveis. O evento aconteceu em Campo Mourão numa parceria do Sindicato Rural com a concessionária Fiat Via Verdi. Além da parte teórica, as participantes tiveram noções básicas sobre veículos, algo capaz de retirá-las de possíveis “apertos” no trânsito, segundo a instrutora do SENAR-PR, Joseane Luzia.



Encontro dos CSAs

Aconteceu no dia 24 de março em Santo Antônio da Platina, durante a 38ª Exposição Feira Agropecuária e Industrial do Norte Pioneiro (EFAPI), o encontro dos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária do Norte Pioneiro. Durante o encontro foram discutidas questões relacionadas à qualidade do leite produzido na região. Participaram do encontro representantes dos CSAs de Barra do Jacaré, Conselheiro Mairinck, Guapirama, Ibaiti, Jacarezinho, Jundiá do Sul, Quatiguá, Ribeirão Claro, Santo Antonio da Plantina, Siqueira Campos e Wenceslau Brás. A reunião foi coordenada por Rogério Minella, consultor do SENAR, que orientou um debate sobre as questões que tratam da qualidade do leite e da importância socioeconômica da atividade na região.



SÃO JOÃO DO CAIUÁ 2

Sindicato facilita a vida dos produtores

Os produtores rurais associados ao Sindicato Rural de São João do Caiuá têm dois bons motivos para comemorar. O sindicato adquiriu um terraceador e um pulverizador durante o Show Rural. “São equipamentos caros, mas que ajudam muito no dia a dia do campo”, disse Carlos Maia, presidente do sindicato. Maia disse que a aquisição dos implementos é o início de um projeto que dará sustentação aos produtores da região. “Começamos comprando estes implementos, na sequência iremos reformar a sede do sindicato para oferecer mais conforto e mais apoio aos produtores”, disse. O produtor que tiver interesse em utilizar os implementos, deve agendar a data com o sindicato.



}} MARINGÁ

Ensinando a pescar

Nos dias 18 e 19 de março 15 produtores rurais de Maringá participaram do curso Trabalhador na Piscicultura, numa parceria do Sindicato Rural de Maringá, SENAR-PR e Sociedade Rural. Os produtores foram orientados pela instrutora do SENAR-PR, Celeste de Oliveira Melo.



Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do estado do paraná | CONSECANA-PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 13 - SAFRA 2009/2010

Os Conselheiros do Consecana-Paraná reunida no dia 25 de Março de 2.010 na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga o preço do ATR realizado em Março de 2.010 e o valor final do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2009/2010.

Os preços médios do Kg do ATR, por produto, obtidos no mês de Março de 2.010 conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM MARÇO/2010 | SAFRA 2009/2010 - PREÇOS EM REAIS À VISTA

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

PRODUTOS	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,06%	56,27	1,54%	37,61
AME	19,89%	24,06	40,43%	27,34
AEAd - ME	0,00%	-	5,33%	977,97
AEAd - MI	6,17%	1.127,83	7,57%	919,36
AEAof	0,51%	1.272,83	0,15%	970,87
AEHd - ME	0,00%	-	13,05%	665,53
AEHd - MI	71,71%	886,49	31,64%	811,42
AEHof	0,66%	1.038,71	0,28%	873,55
Obs: 1) AEAd - ME+MI+of	6,68%	1.139,41	13,05%	944,23
AEHd - ME+MI+of	72,37%	887,89	44,97%	769,40

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

PRODUTOS	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,06%	0,6380	1,54%	0,4264
AME	19,89%	0,2728	40,43%	0,3099
AEAd - ME	0,00%	-	5,33%	0,3343
AEAd - MI	6,17%	0,3855	7,57%	0,3142
AEAof	0,51%	0,4350	0,15%	0,3318
AEHd - ME	0,00%	-	13,05%	0,2374
AEHd - MI	71,71%	0,3162	31,64%	0,2894
AEHof	0,66%	0,3705	0,28%	0,3116
MÉDIA		0,3162		0,2974
Obs: 1) AEAd - ME+MI+of	6,68%	0,3894	13,05%	0,3227
AEHd - ME+MI+of	72,37%	0,3167	44,97%	0,2745

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO ESTADO DO PARANÁ

SAFRA 2009/2010 PREÇOS EM REAIS À VISTA

PRODUTOS	MIX	Média
AMI	1,54%	37,61
AME	40,43%	27,34
AEAd - ME	5,33%	977,97
AEAd - MI	7,57%	919,36
AEAof	0,15%	970,87
AEHd - ME	13,05%	665,53
AEHd - MI	31,64%	811,42
AEHof	0,28%	873,55

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

PRODUTOS	MIX	Média
AMI	1,54%	0,4264
AME	40,43%	0,3099
AEAd - ME	5,33%	0,3343
AEAd - MI	7,57%	0,3142
AEAd - MI	0,15%	0,3463
AEHd - ME	13,05%	0,2374
AEHd - MI	31,64%	0,2894
AEHof	0,28%	0,3116
MÉDIA		0,2974

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA R\$/TON 121,9676 Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	32,48	36,28
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	32,48	36,28

Maringá, 25 de março de 2.010

PAULO ROBERTO MISQUEVIS
Presidente

PAULO SIDNEY ZAMBON
Vice-Presidente



Menos juros com plantio direto

Cleverson Beje



O governo estuda reduzir as taxas de juros de financiamentos agrícolas para os produtores rurais que optarem pelo plantio direto. Outra proposta é incentivar a recuperação de áreas degradadas. As informações foram dadas pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, às vésperas de deixar o cargo em reunião com os secretários de Agricultura de nove Estados para discutir estes temas. De acordo com ele, as novas diretrizes devem ser incluídas no Plano Agrícola e Pecuário 2010/11.

O ministro disse que os produtores pagam em média juro de 6,75% nos financiamentos agrícolas e que a ideia é oferecer taxa menor para aqueles que plantarem em condições mais favoráveis do ponto de vista ambiental. No caso do plantio direto, também existe a possibilidade de redução do valor do prêmio que o produtor paga para ter acesso ao seguro rural. “É preciso dar alguma prêmio (recompensa) para quem produz de forma correta”, disse. Stephanes também sinalizou com a possibilidade de uma política especial para o reflorestamento de áreas com madeiras comerciais.

(Com agências)

Frango para o Uruguai

O ministro da Agricultura, Pecuária e Pesca do Uruguai, Tabaré Aguerre, anunciou a aprovação de um certificado que permitirá a exportação de frango *in natura* do Brasil para o país vizinho. Durante encontro, os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva e do Uruguai, Jose Mujica, consolidaram o entendimento. “O Brasil vende carne de aves a 153 países e não há restrição, por parte dos importadores, à qualidade do produto nacional”, disse o secretário executivo do Ministério da Agricultura, Gerardo Fontelles.

Agradecimento

Agradeço o envio do Relatório de Atividades do SENAR-PR - Ponto de Colheita e do Relatório do Programa Agrinho. Transmito meus calorosos cumprimentos ao presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, ao Ronei Volpi, superintendente do SENAR-PR e aos demais envolvidos principalmente do Programa Agrinho, do qual a ITAIPU teve a honra de participar, na conscientização de crianças e jovens. Cordialmente,

Jorge Samek, diretor-geral brasileiros da Itaipu Binacional



Pra não ficar pra trás

» A Austrália iniciou uma campanha ousada no Japão. A promoção da carne australiana será feita na merenda escolar japonesa, caminho para ampliar o mercado de carne bovina australiana no Japão. O concurso de lanche escolar irá selecionar receitas que serão incluídas num livro de receitas para distribuição em todo o Japão. O concurso já existe há nove anos. No outro programa, as escolas começaram a ser visitadas, a fim de educar as crianças e seus pais sobre segurança e benefícios para a saúde das carnes vermelhas australianas. Mais de 50 escolas participaram do programa durante os últimos cinco anos. A atividade recebe apoio total de pais, professores e diretores das escolas, à medida que não foca somente na carne vermelha australiana, mas também, ensina às crianças sobre o clima da Austrália, animais nativos e população multicultural. A sessão educacional é seguida pelo lanche com carne australiana, normalmente preparado pelas próprias crianças. Mais de 30.000 cópias dos folhetos da campanha foram distribuídas em todo o Japão.

Japão resiste à carne americana

» O Japão não baixa a guarda. A carne bovina americana continua com restrições no país. A barreira existe desde 2003 por causa de casos de vaca louca nos EUA. Mas foi aliviada em 2006 com a permissão da entrada de carne de animais com até 20 meses de idade. Os americanos querem mais, há investidas do secretário de Agricultura, mas os japoneses nem pensam nisso. O governo japonês está convencido de que enquanto não houver evidências científicas sobre o controle do risco, nada feito.

Mais uma dos europeus

» O comitê para agricultura do parlamento europeu estuda a possibilidade de proibir a venda da carne de animais que sofreram maus tratos durante o transporte. A princípio a regra vale para carne produzida dentro do bloco. Mas podemos nos preparar, vai sobrar pra gente. A medida pode entrar em vigor em 2011.

» **SUGESTÕES E COMENTÁRIOS:** *fabricio.monteiro@faep.com.br*



A responsabilidade civil no direito do trabalho

A regra geral da responsabilidade civil do empregador em indenizar danos decorrentes de acidente de trabalho é a existência de dolo ou culpa, conforme preconiza o artigo 7º., XXVIII da Constituição Federal. E, para configuração do direito indenizatório necessária a presença dos requisitos dos artigos 186 e 927 do Código Civil Brasileiro: 1) ação ou omissão voluntária do agente; 2) culpa do agente na modalidade de negligência ou imprudência; 3) relação de causalidade; e 4) dano experimentado pela vítima.

Não basta, pois, a ocorrência de acidente de trabalho para impor ao empregador a obrigação de indenizar o prejuízo, sendo imprescindível a demonstração do nexo de causalidade entre o dano sofrido pelo obreiro e a culpa ou dolo do ofensor, cabendo ao autor o ônus da prova da existência do mal alegado.

Verifica-se da farta jurisprudência trabalhista a exigência concomitante dos requisitos: "ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO - CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA - RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPREGADORA - INVIABILIDADE. Alguns acidentes do trabalho, apesar de ocorrerem no local da prestação dos serviços, não autorizam a responsabilização civil patronal, por ausência do pressuposto "nexo causal". Nas hipóteses de exclusão da causalidade, como: caso fortuito, força maior e culpa exclusiva da vítima, os motivos do acidente não têm relação direta com o exercício do trabalho e nem podem ser evitados ou controlados pelo empregador. Rompendo-se, pois, o liame causal entre o evento danoso e o trabalho, o empregador não pode ser compelido a indenizar." (01056-2008-010-03-00-8)

"ACIDENTE DO TRABALHO. DANOS MORAL E MATERIAL. AUSÊNCIA DE NEXO INDENIZAÇÕES. NÃO CABIMENTO. Não demonstrado o nexo de causalidade entre a perda auditiva e o trabalho exercido pelo reclamante em favor da reclamada, não há falar em indenização ou qualquer ressarcimento em decorrência da incapacidade apurada (perda auditiva)." (0022200-76.2006.5.04.0382)

"RESPONSABILIDADE CIVIL. Apontando a prova documental e pericial para outras causas da lesão no joelho do reclamante, as quais não se relacionam inequivocamente com o acidente sofrido, sobretudo quando o mesmo decorreu de culpa exclusiva da vítima e de ato de imprudência, restam ausentes a conduta comissiva ou omissiva, o ato ilícito, o nexo causal, o nexo de imputação, bem como o dolo ou a culpa, elementos configuradores da responsabilidade civil, ensejadora do dever de indenizar. Aplicação dos artigos 818 da CLT, 333, inciso I, do CPC." (1018200-96.2009.5.04.0871)

"ACIDENTE DE PERCURSO - INDENIZAÇÃO - AUSÊNCIA DE CULPA OU DOLO. Não cabe falar em indenização, ainda que o acidente tenha ocorrido pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, se não há como conferir à empregadora qualquer parcela de culpa pelo ocorrido. Também, não é o caso de se aplicar a responsabilidade objetiva, já que a atividade desempenhada pelo empregado não o expunha a risco em nível superior ao da coletividade em geral."

(00786-2008-049-03-00-0 RO)

Finalmente, tratando-se de caso que envolve acidente do trabalho, impõe-se ao empregador demonstrar que adotou as medidas protetivas e preventivas relacionadas à segurança e higiene do trabalho.



Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
email: faep@faep.com.br | site: www.faep.com.br

Presidente
Ágide Meneguette

Vice-Presidentes
Moacir Micheletto (licenciado)
Guerino Guandalini
Nelson Teodoro de Oliveira
Francisco Carlos do Nascimento
Ivo Polo
Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários
Livaldo Gemin
Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros
João Luiz Rodrigues Biscaia
Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal
Sebastião Olímpio Santoroza
Luiz de Oliveira Netto
Lauro Lopes

Delegados Representantes
Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,
Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
e-mail: senarpr@senarpr.org.br | site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo
Presidente
Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos
Ademir Mueller - FETAEP
Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC
Darci Piana - FECOMÉRCIO
Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal | Membros Efetivos
Sebastião Olímpio Santoroza
Luiz de Oliveira Netto
Jairo Correa de Almeida

Superintendência
Ronei Volpi

BOLETIM informativo

Marcos Tosi (redator)
Cynthia Calderon (redatora)
Leonardo Fagundes (redator)

e-mail: imprensa@faep.com.br

Diagramação e projeto gráfico
Ctrl S Comunicação | www.ctrlscomunicacao.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR
Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

BNDES PSI é prorrogado até 31 de dezembro de 2010

Taxa de juros de 4,5%
passará para 5,5% em julho

O Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI), operado pelo Banco, foi prorrogado para 31 de dezembro de 2010. A dotação do programa aumentou em mais R\$ 80 bilhões, o que corresponde ao volume de financiamentos que poderão contar com equalização do Tesouro Nacional. O BNDES PSI terminaria no próximo dia 30 de junho de 2010, mas o êxito do programa levou o Ministério da Fazenda a ampliar prazos de vigência e recursos.

Criado em junho do ano passado com o objetivo de estimular a antecipação de investimentos por parte das empresas, o BNDES PSI já conta com uma carteira de R\$ 51,4 bilhões (115 mil operações), dos quais R\$ 30 bilhões já foram desembolsados.

O principal sinal do sucesso do BNDES PSI foi a contratação, nos cinco primeiros meses de execução do programa, de mais de 70% de sua dotação inicial. Além disso, houve um aumento da demanda por recursos do programa desde sua criação. A média das contratações mensais cresceu de R\$ 5,5 bilhões, entre agosto e dezembro de 2009, para R\$ 6,5 bilhões nos primeiros dois meses de 2010.

Aumento dos juros

Os juros cobrados permanecerão inalterados até o dia 1º de julho. A partir desta data, as taxas para a aquisição de máquinas, equipamentos, ônibus e caminhões e financiamentos à exportação, no entanto, serão alteradas, com aumento de um ponto percentual. Já as taxas cobradas no Procaminhoneiro, programa voltado para caminhoneiros autônomos - e nos financiamentos a investimentos em inovação e capital inovador permanecerão inalteradas.

Os juros para financiamentos destinados à compra de ônibus e caminhões no âmbito da Finame, subirão de 7% para 8% ao ano. As taxas para aquisição de máquinas e equipamentos, incluindo os juros aplicados nas operações de exportação na modalidade pré-embarque, passarão de 4,5% ao ano para 5,5% ao ano. Nas linhas de inovação do BNDES, os juros continuarão entre 3,5% e 4,5%. As taxas são as efetivamente cobradas dos tomadores finais dos empréstimos.

Produtor rural: a maioria das linhas do BNDES PSI que atendem o financiamento para aquisições de máquinas e equipamentos agrícolas têm taxa de juros de 4,5%. Com a prorrogação do prazo do programa veio também um aumento da taxa de juros para 5,5% que vai vigorar a partir de 1º de julho. Diante disso é importante o produtor rural que pretende se beneficiar de taxa de juros menores dessa programa, que procure os agentes financeiros ainda nos meses de abril e maio.

Fonte: BNDES e FAEP



Darci Piana (Fecomercio), João Paulo Koslovski (Ocepar) e João Luiz Rodrigues Biscaia (FAEP)

Debatendo o Paraná

Lideranças se reúnem para discutir propostas no Fórum Permanente Futuro 10 Paraná

No dia 12 de abril acontece na sede da Ocepar (Organização das Cooperativas do Paraná), em Curitiba, um café das manhã, para discutir propostas para o desenvolvimento do Estado. O evento faz parte do Fórum Permanente Futuro 10, que debate alternativas de desenvolvimento para o Paraná.

As principais entidades representativas participam do Encontro: Ocepar, Sistema Fiep (Federação das Indústrias), Sistema Fecomércio, Sistema FAEP (Federação da Agricultura), Associação Comercial, Faciap (Federação das Associações Comerciais) Fe-trans (Federação das Empresas de Transporte de Cargas), Famepar (Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas), IEP (Instituto de Engenharia do Paraná), IPD (Instituto de Promoção e Desenvolvimento), RPC (Rede Paranaense de Comunicação) e Universidade Federal do Paraná.

O Fórum Permanente Futuro 10 é uma continuidade do Fórum Futuro 10 que, em 2005, reuniu mais de 5 mil lideranças produzirá um documento com propostas para o desenvolvimento do Paraná a ser entregue ao presidente da República e ao governador do Estado.

O principal objetivo do Fórum, agora, é dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos no evento anterior, buscando sinergia entre governo, sociedade e iniciativa privada. Além disso, formular um plano estratégico integrado com prioridades para o desenvolvimento do Paraná. Segundo o Diretor Financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia “toda iniciativa que busque alternativas para o desenvolvimento econômico e social do Paraná é louvável”.



Humm...

SENAR-PR e SENAC
trazem o sabor da
culinária italiana

Em seu primeiro festival gastronômico de 2010, a parceria entre o Sistema FAEP e o SENAC PR traz o Festival Gastronômico Italiano. O evento revelará os sabores e sensações da culinária italiana para os frequentadores do Restaurante-Escola do SENAC de Curitiba. Aliás, os pratos da península não se resumem à massas. O lançamento do festival será no dia 10 e entre os dias 12 e 17 de abril contará com a participação especial da chef Julia Delellis, coordenadora do curso de Tecnologia em Gastronomia do Centro Universitário SENAC, no interior de São Paulo.

Ela será ainda responsável pela programação de oficinas sobre culinária italiana aos alunos do SENAC e profissionais de hotelaria e restaurantes, que serão oferecidas em Curitiba. As oficinas serão realizadas no dia 9 de abril em Curitiba com inscrições gratuitas e limitadas. Os interessados podem tirar dúvidas pelo telefone 0800 6436 6346 ou pelo site www.pr.senac.br

Já o Festival Gastronômico Italiano acontece sempre no horário de almoço das 11h 30 às 13h00. O atendimento será feito somente com reserva, que pode ser feita pelo telefone (41) 3219-4855.



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14o andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não procurado |
| ☐ Endereço insuficiente | |
| ☐ Não existe o nº indicado | |
| ☐ Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____

Responsável _____



OFICINAS Além de Curitiba a oficina gastronômica italiana acontece também em Campo Mourão, Foz de Iguaçu e Maringá. >> **SENAC em Maringá** - Av. Colombo, 6213 | 12 de abril às 19h | Inscrição até 11 de abril pelo 0800 643 6 346 | **SENAC em Campo Mourão** - Rua São Josafat, 1651 | 13 de abril às 14h | Inscrição até 12 de abril pelo 0800 643 6 346 | **SENAC Cataratas** - Rua João Rouver, 64 | 7 de abril às 19h | Inscrição até 6 de abril pelo 0800 643 6 346